



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

NOTAS SOBRE CIDADANIA E ACESSO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

CAMYLLA NETO SALDANHA DA FONSECA¹

LILIAN ANGÉLICA DA SILVA SOUZA²

RESUMO:

O objetivo desse trabalho é refletir sobre a cidadania e a educação no Brasil, em relação à população negra. Este trabalho foi realizado pela análise de uma revisão bibliográfica baseada no materialismo histórico dialético. Pudemos compreender que a fragilidade da construção da cidadania no Brasil afeta diretamente pessoas negras, a respeito do direito ao acesso e a frequência à educação formal.

Palavras-chave: Cidadania; Educação; População negra; Brasil;

ABSTRACT:

The objective of this study is to reflect on citizenship and education in Brazil, in relation to the Black population. This work was conducted through a bibliographic review, based on historical and dialectical materialism. We understood that the fragility of citizenship construction in Brazil directly affects Black people, regarding the right to access and attend formal education.

Keywords: Citizenship; Education; Black Population; Brazil

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Anota a placa, é o
trem De Lacoste e
Kenner Nós vale o que
tem, mas
Riqueza é o que as notas não compra
Tendeu? Nós é favor do contra
Sem dar visão, a tropa avança
Eu só acredito no sorriso das crianças
Só quem já viveu entende
Riu de mim, mas hoje rende ãhn
(Tz da Coronel)

Este trabalho busca analisar a cidadania e o acesso à educação para a população negra no Brasil. Subsidiado pelo método materialista histórico e dialético, o texto é elaborado com base em revisão bibliográfica sobre o processo de construção da cidadania, assim como acerca das características da política educacional brasileira, e os seus desdobramentos sobre negros e negras. Concluímos que as pessoas negras, que se constituem majoritariamente como principais usuárias dos serviços onde atuam os/as profissionais de Serviço Social, possuem condições desprivilegiadas de exercício da cidadania e de garantia da educação como direito social no cenário brasileiro.

A cidadania no Brasil é um debate amplamente difundido no Serviço Social. Assume características e abordagens diferentes a depender do contexto histórico. Em linhas gerais, na conjuntura de redemocratização do país, como aquela que consagra, nos anos de 1980, a Constituição Federal de 1988, o conceito foi bastante utilizado para definir a possibilidade de alcance de todos os direitos sociais inscritos na denominada Carta Cidadã. Contudo, a partir da década de 1990, tendo em vista a investida neoliberal sobre estes direitos, que inclui a educação, o termo cidadania também foi apropriado por organizações do Terceiro Setor, na defesa de sua intervenção como alternativa à sociedade, diante do retraimento do Estado.

Compreendemos, portanto, a complexidade desta discussão, que expressa projetos de sociedade distintos. Por este motivo, para os contornos deste trabalho, buscamos analisar a fragilidade da cidadania a partir da política educacional e seus desdobramentos para a população negra. Fazemos isso, elencando algumas das referências teóricas utilizadas no Serviço Social, partindo da “teoria social crítica” de Marx, pela perspectiva da ontologia do ser social e por meio de categorias como práxis, cidadania e racismo.

O processo de construção da cidadania no Brasil, envolve uma teia de relações sociais complexas, que requisitam serem analisadas sobre a perspectiva da totalidade, devido a dinâmica de formação do modo de produção capitalista brasileiro. Desta forma, o método de Marx (2008) favorece o entendimento de que a construção da cidadania brasileira e os seus reflexos na política educacional, prescindem uma análise de maneira isolada, pois as respostas e os fundamentos dos fenômenos sociais que os circundam, extrapolam a estrutura de Estado e as relações sociais e jurídicas.

O capitalismo brasileiro possui determinantes sociais, econômicos e políticos, que incidiram diretamente no processo de construção e consolidação da cidadania no Brasil, a qual Munanga (2020) denomina de escassa. São questões como a extensividade do período colonial, que aniquilou mais de 5 milhões de negros africanos, introduzidos no trabalho forçado no país; o processo de revoluções passivas e pelo alto (Gramsci, 2007), orquestrado pela burguesia nacional aliada ao capital internacional; além da centralidade do Estado como órgão de mediação fundamental para a consolidação da estrutura capitalista.

Somado a isso, acrescentamos um elemento indispensável para analisarmos esse processo: as resistências negras. A população negra, durante os quase 400 anos do modo de produção escravagista e na sociedade de classes moderna, busca por meio de sua rebeldia, lutas e resistências, reivindicar uma cidadania plena e universal. Para Moura (2022), olhar para este período é condição *sine qua non* para se entender o *ethos* e o ritmo do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Partimos do pressuposto de que o caminho para a consolidação de uma cidadania plena, se vincula a uma perspectiva de educação *omnilateral* (Manacorda, 2011), ou seja, uma educação completa, de formação criativa do sujeito; em oposição a uma educação alienada e fragmentada. Uma educação vinculada a outros elementos que avance no processo de humanização do ser social, tendo como horizonte a sua emancipação, uma vez que o processo educacional realizado de maneira acrítica, impacta na formação de um indivíduo racista, machista, misógino, homofóbico, entre outros.

Considerando o papel da educação na formação de sujeitos diversos, na atenção às suas particularidades, no fortalecimento dos seus sentidos e no desenvolvimento de suas capacidades humano-genéricas, nos interessa refletir sobre a cidadania e a educação no Brasil para a população negra, tal como elas foram e vêm sendo forjadas no contexto de uma sociedade, alicerçada no racismo estrutural.

Para isto, o texto foi dividido da seguinte forma: a primeira parte aborda as políticas sociais e as características da política educacional brasileira; a segunda, trata dos rebatimentos da cidadania e da educação, tal como conformadas no cenário social do país, sobre a população negra. Por fim, tecemos algumas considerações acerca dos elementos que compuseram nossa análise.

Políticas Sociais e a Política de Educação brasileira

O surgimento das políticas sociais no Brasil acompanha a emergência do operariado em acessar determinados serviços, que ocorre com a institucionalização e a generalização de direitos por meio da intervenção estatal. Como medida de garantia, mas também de controle e disciplinamento da força de trabalho, no estágio monopolista do capitalismo, o

Com este caráter duplo e contraditório, o ente estatal oferta um conjunto de prerrogativas, que são fruto das reivindicações da classe trabalhadora, ao passo que também busca se inserir na ordem do capitalismo global, marcada por rebatimentos severos na perda de direitos para essa mesma classe (Yazbek, 2017). É nesse contexto que assistentes sociais são convocados a atuar oferecendo respostas para a chamada “questão social”¹. Portanto, como trabalhadores/as assalariados/as, na divisão social do trabalho, estes profissionais buscam viabilizar direitos via políticas sociais.

Como sabemos as políticas sociais são mediações fundamentais para o exercício da profissão, que interfere nos processos relacionados com a produção social da vida, levando em consideração relações de classe, gênero, etnia, aspirações sociais, políticas, religiosas, culturais, além de componentes de ordem afetiva e emocional. Concretamente, sob os impactos dessas transformações que já interferem no cotidiano do seu trabalho, o assistente social brasileiro enfrenta novas demandas, atribuições e competências além de exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado de suas práticas sempre (Yazbek, 2017, p.10).

Neste escopo, a defesa de tais políticas e da possibilidade de emancipação dos sujeitos sociais passa a integrar o projeto profissional do Serviço Social. Assim, a cidadania e as políticas sociais são apontadas como princípios fundamentais, dentre outros, no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, sendo eles: III. Ampliação e consolidação da *cidadania*, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; e V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e *políticas sociais*, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993, p. 23, grifos nossos).

Dada a sua formação generalista, os/as assistentes sociais intervêm sobre diferentes áreas das políticas sociais, dentre elas a de educação, lançando mão de instrumentos diversos, de acordo com a realidade social e a natureza dos fenômenos que se apresentam no cotidiano laboral. Logo, o/a profissional pode desenvolver, tanto atividades diretas junto à população, por meio das instituições em que estes estão inseridos/as, quanto a produção de conhecimento acerca das questões que envolvem o objeto analisado, mediado pela realização de pesquisas, assessoria, consultoria, gestão de programas e projetos sociais, entre outros (Yazbek, 2017).

Para pensar a formação e consolidação das políticas sociais e da cidadania no cenário brasileiro, é central considerar a historicidade. Segundo Coutinho (1999), pensar em

¹ “[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 77).

democracia, soberania popular e cidadania, requisita analisar os processos históricos, pois estes elementos não são inertes à dinâmica das relações sociais que se processam no tecido social. Eles expressam determinações sociais, culturais e políticas.

De modo semelhante, a política educacional no Brasil é forjada a partir de condicionantes sócio-históricos em uma sociedade cujo modelo econômico capitalista dependente e periférico condiciona os modos em que ela passa a operar. Se tratando da realidade brasileira, tal política é atravessada por influências internacionais e subordinada aos seus interesses mercantis. Daí a importância de que a sua análise seja feita a partir de uma perspectiva de totalidade, já que a educação ocupa papel fundamental nas formas de sociabilidade dos sujeitos sociais.

[...] embora o trabalho seja a categoria fundante do ser social, ele não é a única. Como exigência do próprio trabalho, e como resultado da complexificação do ser social produzida pelo trabalho, surgem outras dimensões da realidade social, a exemplo da linguagem, da educação, da ciência, da religião, da arte, da política, do Direito, etc. Todas elas têm sua raiz no trabalho, mas cada uma delas cumpre uma função diferente na reprodução do ser social. Este fato nos permite constatar o caráter de totalidade do ser social (Tonet, 2023, p. 4).

Desta forma, tendo em vista este lugar que a educação ocupa como uma das dimensões da realidade social, importa compreender a origem, a natureza e a função que ela exerce sobre a reprodução do ser social. Isso possibilitará identificar a sua especificidade, no cerne de cada forma particular que ela adquira em dado momento histórico (Tonet, 2023).

Na contemporaneidade, a política educacional brasileira expressa dois projetos em disputa. O primeiro, traduz a luta por uma educação ampliada, que valorize a pluralidade e a diversidade dos diversos segmentos da classe trabalhadora, entendendo os determinantes que influenciam e impactam no processo de aprendizagem/desenvolvimento dos/as alunos/as. Um projeto que compreende que a educação deve ultrapassar as relações sociais de mercado e, por isso, nele, temos os movimentos estudantis, movimentos sociais, dentre outros sujeitos sociais, que defendem uma educação libertadora e emancipatória. Em contraposição, o projeto atrelado à ideologia neoliberal, interpreta a educação como objeto de lucro para o capital, onde o seu acesso descola-se da esfera de direito social universal, e passa a ter um caráter de aquisição individual (Martins, 2012).

A disputa desses dois projetos educacionais, têm sido intensa na conjuntura social, econômica e política atual. E, é nessa teia de conflitos que os/as assistentes sociais se inserem, não só na defesa do direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade, mas também se juntando aos movimentos de resistência compostos pelos diversos atores sociais que defendem o primeiro projeto, entendendo, sobretudo, que nessa correlação de forças, ora haverá ganhos, ora perdas.

Devido a história da formação social no Brasil, um dos segmentos que mais reivindicam e lutam pelo direito à cidadania plena, é a população negra, pois devido ao

racismo estrutural, desde o período colonial, esta população é alocada na zona do não-ser (Fanon, 2008). Em outras palavras, negros e negras, desde a constituição da sociedade brasileira, ocupam o lugar de não ter direitos, do não acesso, da não cidadania. Tal herança reverbera na falta de garantias para este público a uma educação de qualidade, culminando, com que, desde sempre, tenham como pressuposto da sua práxis social, a lógica da resistência.

Para Moura (1992), embora a população negra tenha sido atravessada por processos de exclusão social, ao ocupar o território nacional no emprego da sua força de trabalho, o negro foi o grande povoador brasileiro, apesar da sua condição de inferioridade econômica, política e social. O autor afirma que ele não apenas povoou, mas deu origem a pequenas comunidades rurais em todo o território nacional, por meio dos quilombos, fundando núcleos de resistências, que exerciam uma série de atividades para a derrubada do sistema. Em alguns quilombos, inclusive, foi possível transformar os escravizados em pessoas letradas. Parte dessas formas de organização e resistência, são encontradas até os dias de hoje.

Rebatimentos da cidadania e da educação no Brasil para a população negra

O primeiro ponto a refletir é sobre a noção de direito, que é algo que nem sempre existiu. Os direitos são manifestações sociais, que possuem determinações e temporalidade. Esta concepção consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU), como sinaliza Coutinho (1999):

As demandas sociais, que prefiguram os direitos, só são satisfeitas quando assumidas nas e pelas instituições que asseguram uma legalidade positiva. Por outro lado, aquilo que hoje quase todos consideram como direitos indiscutíveis (por exemplo, os chamados direitos sociais, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação) não figurava de modo algum na lista dos direitos naturais defendidos pelos jusnaturalistas liberais (p.44).

Coutinho (1999) tece críticas à concepção jusnaturalista de “direitos naturais”, reconhecendo os condicionantes e determinantes sociais e históricos na viabilização de direitos. Um exemplo disso é que, no Brasil, de 1500 até 1888, à população negra, foi negado o direito à saúde, à educação, à moradia, dentre outros. Isso quer dizer que a primeira concepção de direito passa por uma expectativa, demandas e reivindicações individuais e coletivas, o que é exemplar na história da população negra, desde as estratégias de resistências empreendidas nos primórdios do modo de produção escravagista, até a luta contínua por direitos sociais, que ainda ocorre na contemporaneidade.

Colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito e sempre objeto, o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, até reclamar. Não desfruta de nacionalidade e cidadania, pois a sua é contestada e sufocada, e o colonizador

não estende a sua ao colonizado. Consequentemente, ele perde a esperança de ver seu filho tornar-se um cidadão (Munanga, 2020, p.29).

O texto da “Constituição Política do Império do Brasil”, de 1824, entendia como cidadãos somente os indivíduos nascidos em Portugal, os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro a serviço do Império, os negros libertos e os ilegítimos de mãe brasileira nascido no exterior (Brasil, 1824). Presume-se, portanto, que no Brasil-Império, a maioria da massa populacional não detinha o *status* de cidadão. Estavam excluídos de escolhas e das decisões pertinentes ao rumo do país.

Analisando o quantitativo populacional nesse período, nota-se que a maior parte da população brasileira era constituída por negros escravizados, tidos como não cidadãos. Ao longo de todo o Brasil-Colônia, foi criada uma série de dispositivos legais, por intermédio do Estado, para negar a possibilidade de negros e negras se constituírem enquanto cidadãos. O Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecido como “Lei Saraiva”, excluiu os analfabetos dos processos de sufrágio, fazendo com que a maioria da população fosse apartada dos pleitos eleitorais, pois apenas um terço sabia ler e escrever. Somente no período do Brasil-Republicano, em 1985, que o voto foi estendido aos analfabetos (TSE, 2023).

A dinâmica das relações sociais dentro do capitalismo, ao longo do tempo, passa por um processo de renovação e atualização. Assim sendo, os direitos de cidadania, a formação educacional, as formas do Estado lidar com as expressões da luta de classes, o racismo, o machismo, também sofrem mudanças, pois acompanham a conjuntura econômica e social, nas quais estes fenômenos estão inseridos.

Para Mandel (1982), as atividades superestruturais que são inerentes ao Estado, podem ser resumidas em dois eixos: o primeiro, onde se destaca o caráter da proteção aos interesses da classe dominante. O segundo, tido como o movimento de reprodução da estrutura social, ou seja, da reprodução das relações sociais da sociabilidade burguesa. Ainda no corpo de funções do ente estatal, também compete a ele a coibição de qualquer ameaça que tenha por objetivo questionar a ordem burguesa. Assim, quando grupos específicos se insurgem contra o sistema, o Estado intervém por meio do seu braço armado: o Exército, a polícia, além de outros órgãos coercitivos, incluindo os sistemas judiciário e penitenciário.

Ao analisarmos o perfil dos sujeitos mais atingidos por este tipo de repressão estatal no Brasil, evidencia-se indistintamente os corpos negros. Segundo o Atlas da Violência de 2023, 77% das vítimas de violência no nosso país são negras. A pesquisa também aponta que, pessoas negras possuem 2,9 vezes mais chances de morrerem por assassinato do que uma pessoa não negra (IPEA, 2024).

No sistema carcerário, o racismo institucional também mostra a sua face. Conforme dados do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN-2022), o Brasil é o 3º país que mais encarcera no mundo, tendo uma população de 837.443 pessoas em situação de privação de liberdade, dos quais 69% são negras. Um dado desse estudo que nos convoca



**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**

refletir sobre como o racismo institucional tem impactado na educação da população negra, é o fato de 44% dessas pessoas privadas de liberdade, são jovens entre 18 e 29 anos, dos quais somente 21% conseguiram completar o ciclo da educação básica.

O Estado brasileiro, aliado à burguesia, tem mantido os negros à parte, dificultando e/ou impossibilitando o acesso destes aos meios de exercício de uma cidadania. Ser negro em um país de cidadania escassa (Munanga, 2020), como no Brasil, é ter a certeza da impossibilidade da universalidade de direitos sociais legitimamente conquistados por meio de lutas históricas, e inscritos no arcabouço jurídico-normativo do país. Nos termos de Fanon (2008, p. 108), “o negro não é escravo da ideia” que os outros fazem, mas sim da sua aparência ou de sua aparição, pois em todos os espaços em que o ser negro objetiva frequentar em uma sociedade marcada pelo racismo, a cor da pele chega antes.

Segundo os dados disponibilizados pelo (IBGE, 2023), no ano de 2019, mais de 10 milhões de pessoas, entre 14 e 29 anos, dos quais 71,7% eram negras, não conseguiram concluir a educação básica, interrompendo o ciclo escolar, devido a diversos fatores sociais (CECIERJ, 2024). Já o Censo Demográfico de 2022, demonstra que a taxa de alfabetização no Brasil vem crescendo, alcançando 93% da população brasileira. Todavia, a pesquisa demonstra que ainda possuímos 7% da população analfabeta, representando 11,4 milhões de brasileiros, com mais de 15 anos (IBGE, 2022). Desse total de pessoas analfabetas, as autodeclaradas pretas totalizam 10,1% e as pardas 8,8%. Em contrapartida, a população branca corresponde a 4,3% do total de pessoas não alfabetizadas.

Já segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2023, apenas 71,5% dos jovens pretos e pardos entre 15 e 17 anos frequentaram ou terminaram o ensino médio. Observando os dados que vão, desde o abandono até pessoas que nunca frequentaram a escola, de um grupo de 9,0 milhões de jovens entre 14 e 29 anos do país, 27% são brancas, enquanto 71,6% são pretas ou pardas. Assim, podemos observar a disparidade sociorracial existente no processo educacional brasileiro.

O relatório “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), aponta uma série de dados sobre o impacto negativo do avanço do projeto neoliberal sobre a vida da população negra. No ano de 2018, ao analisar a presença de jovens entre 18 a 24 anos no ensino superior, identificou-se que 36,1% de pessoas de cor ou raça branca haviam concluído o ensino superior, enquanto negros representavam apenas 18,3% desse grupo. Essa dificuldade ilustra a intersecção com outros indicadores sociais que dificultam o acesso da população negra à educação formal, em geral. Por fim, chamamos a atenção para o fato de que, a despeito de muitos esforços realizados na esfera civil contra diversas formas de desigualdade social, não podemos perder o horizonte da necessidade de responsabilização estatal no provimento de condições que possam mitigar as disparidades socioeducacionais e de cidadania, que afetam a população negra. As iniciativas individuais, livre da tutela do Estado ou financiada por ele, podem

contribuir para a concepção neoliberal que atribui a culpa ao indivíduo pelo seu fracasso ou pela possibilidade de sua ascensão, por meio da meritocracia. A dissolução e minimização de mazelas sociais em “problemas individuais”, posiciona a política social pública, tal como a educação, no lugar de benefício para alguns em detrimento de outros.

Por esse caminho, a seletividade, fragmentação, precarização das políticas sociais e não universalização dos direitos, respondem conscientemente à afirmação de um projeto societário, que pressupõe a exclusão de segmentos da classe trabalhadora. Trata-se da maioria (e não minoria) da população que edificou e continua sustentando a construção do Brasil, que tem os corpos negros como principal alvo das estratégias de exploração e superexploração do trabalho, alijados da possibilidade de cidadania e garantia de direitos.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar as condições de cidadania e de acesso à educação da população negra no Brasil. A busca de uma cidadania plena e educação universal que enxergue os sujeitos para além do seu poder aquisitivo, realiza também o resgate da concepção de práxis social, que trata dessa atividade como expressão da humanidade, na unidade entre a sua base humano genérica e as diferenças que constroem os distintos sujeitos.

Vimos que a construção da cidadania no Brasil, possui fragilidades ligadas ao nosso processo de formação social, que tem como base o racismo estrutural. Este, por sua vez, gera impactos na exclusão social e na marginalização da população negra, que reivindica o direito a uma cidadania plena e o acesso aos direitos sociais. Entendemos desta forma que é fundamental, pensarmos na construção de um projeto social, que tenha por pressuposto a concepção de uma educação *omnilateral* vinculada a uma perspectiva de totalidade social.

No que se refere às políticas sociais, o trabalho mostrou que elas possuem historicidade e resultam diretamente da luta entre as duas classes fundamentais. Nesta esteira, a política educacional está atrelada à dinâmica das relações sociais da sociedade brasileira, a qual se apresenta numa intensa disputa entre projetos opostos, ora garantindo avanços, ora retrocessos.

Neste cenário, a população negra continua sendo alvo prioritário do trabalho do Serviço Social, como o grupo mais atingido pelas expressões da “questão social”, conforme buscamos apontar através de indicadores sociais. É o segmento populacional mais atingido pelo racismo estrutural, que, aliado a outras violências, acaba tendo o seu *status* de cidadão questionado cotidianamente.

Por fim, consideramos que a apropriação dessas mediações, é decisiva para a construção e contribuição nas lutas, resistências e reivindicações da classe trabalhadora, da qual a população negra no Brasil se constitui como a maioria. Entendemos que “[...]”

precisamos de uma nova educação antirracista multicultural que integra a história, e corpo dos outros que crianças negras se olhem no espelho ao chegar na escola. E não se olhem no espelho almejando adotar a máscara branca, como diz Fanon” (Munanga, 2020, p. 10). Concordamos com Moura (2022), que, seja no nível de dominação, ou no da subordinação, parte de nossas relações sociais modernas, possui profundas ligações com o estrangulamento que existia no escravismo.

Por isso, iniciamos nosso texto, com parte da música do MC Tz da Coronel, um homem jovem, negro de origem periférica e favelada. Por meio de seus versos, ele traz reflexões de como dentro do modo de produção capitalista, as relações se embasam na lógica de que “você vale o que tem”, ou nos termos de Bravo (2006), na lógica do cidadão consumo. Nota-se que, o usufruto de direitos e bens sociais, está atrelado à capacidade que o indivíduo tem ou não, de adquirir bens e mercadorias. E nessa sociedade, onde tudo aquilo “que é sólido se desmancha no ar”, (Marx e Engels, 2008), é fundamental que lutemos não só para que a educação não seja ofertada na perspectiva capitalista, mas também para ultrapassá-la, na direção da construção de um novo projeto societário.

Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Resolução CFESS nº. 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

COUTINHO, C. N. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1994/05/20.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2024.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 173-200.

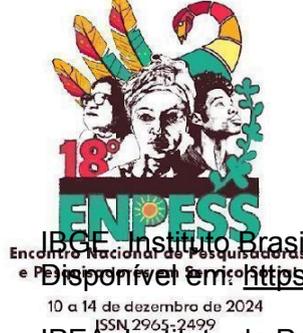
FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IANNI, O. **Dialética & Capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx**. 3ªed. Vozes. Rio de Janeiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alfabetização: resultados do universo**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022>. Acesso em 20 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Painei – 2023**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc>. Acesso em: 30 abr. 2024.

10 a 14 de dezembro de 2024

ISSN 2965-2499

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 1996.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. A dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>. Acesso em: 10. mai. 2024.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da economia política**: tradução e introdução Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

MOURA, C. **História do Negro no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MUNANGA, K. **Rediscutindo A Mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIDEPEN (org.). 12º Ciclo - **INFOPEN**: população carcerária nacional. População carcerária nacional. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/ptbr/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatori-os-analiticos/br/brasiljunho-2022.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022.

TONET, I. Lukács, Marx e educação. In: MORAES, B. M. de; *et al* (orgs.). **Bases Onto-Históricas, Educação e Emancipação Humana em Debate**. Marília, Lutas anticapital, 2023. p. 21-34. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/LUKACS_MARX_E_A_EDUCACAO.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Emenda Constitucional de 1985 garantiu o direito ao voto aos eleitores analfabetos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>. Acesso em: 15 mai. 2024.

YAZBEK, M. C. A Dimensão Técnico Operativa no Serviço Social: Desafios contemporâneos (Prefácio). In: SANTOS, M. S.; BACKX, S.; GUERRA, Y (Orgs.). **A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3.ed. - São Paulo: Cortez, 2017.